

CONTRIBUIÇÃO DA CONTABILIDADE PARA REDUÇÃO DOS ÍNDICES DE MORTALIDADE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Fábio de Almeida Reis

Graduado em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário FECAP

E-mail: fabio.reis@edu.fecap.br

Fábio Hirata Brandão

Graduado em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário FECAP

E-mail: fabio.brandao@edu.fecap.br

Raisa Tanikawa

Graduada em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário FECAP

E-mail: raisa.tanikawa@edu.fecap.br

Stella Mari Obata

Graduada em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário FECAP

E-mail: stella.obata@edu.fecap.br

RESUMO

No Brasil existem aproximadamente 5,1 milhões de empresas. Desse total, 98% são micro e pequenas empresas, responsáveis por 59% das pessoas com ocupação no país. Devido a sua contribuição para o desenvolvimento da economia e o grande índice de mortalidade registrado pelas pesquisas realizadas pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, desenvolvemos um estudo com o objetivo de analisar a evolução dos índices de mortalidade dessas empresas e a contribuição que contabilidade pode oferecer na

redução desses índices. Trata-se de uma pesquisa documental baseada na pesquisa do SEBRAE intitulada "Doze anos de monitoramento da sobrevivência e mortalidade de empresas" e diversas bibliografias voltadas para as micro e pequenas empresas. Verificamos que apesar da mortalidade empresarial ter diminuído relativamente nos últimos anos e que as empresas estão conseguindo permanecer por mais tempo no mercado, os problemas de gestão continuam sendo uma grande barreira para os empreendedores, os quais devem ter mais atenção nesse assunto. A falta de aplicação de uma contabilidade voltada para o setor também evidenciou um desalinhamento entre empresários e contadores, seja pela falta de conhecimento do empresário ou da falta de preparo dos contadores em prover informações relevantes a esses empresários. Muito ainda pode ser aprimorado para que a contabilidade se torne uma importante ferramenta para o setor das micro e pequenas empresas, o que revela um vasto campo de estudo e um grande potencial de atuação para a contabilidade.

Palavras-chave: Micro e pequenas empresas. Índices de mortalidade/falência. Contribuição da contabilidade.

ABSTRACT

In Brazil there are approximately 5.1 million businesses. Of this total, 98 % are micro and small companies that are responsible for 59 % of people with an occupation in the country. Because of its contribution to the development of the economy and the large mortality rate recorded by the surveys conducted by SEBRAE (Support Service for Micro and Small Companies), developed a study aiming to analyze the evolution of mortality rates of these companies and the contribution that accounting can offer in reducing these rates. This is a documentary research based on research SEBRAE entitled "Twelve years of monitoring the survival and mortality of companies" and several bibliographies focused on micro and small enterprises. We found that despite the relatively entrepreneurial mortality have decreased in recent years and that companies are managing to stay longer on the market, the management issues remain a major barrier for entrepreneurs, which should get more attention in this matter. The lack of application of an accounting facing the sector also showed a misalignment between business owners and accountants, is the lack of knowledge of the entrepreneur or the lack of preparation of accountants in providing relevant information to those entrepreneurs. Much can still be enhanced so that the accounts will become an important tool for the sector of micro and small companies, which reveals a vast field of study and great potential of action for accounting.

Keywords: Micro and small enterprises; Mortality / failure; Accounting contribution.

1 INTRODUÇÃO

Existem três critérios diferentes de se classificar uma Micro e Pequena Empresa. Podem ser classificadas: pelo Estatuto da Micro e Pequena Empresa, pela Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e também pelo SEBRAE, que é uma importante Entidade de fomento desse segmento.

O Estatuto da Micro e Pequena Empresa conforme modificação pelo Decreto n. 5.028/04 utiliza-se como critério para enquadramento a receita bruta anual, sendo microempresas com receita bruta anual de até R\$ 433.755,14 e pequenas empresas com receita bruta superior a R\$ 433.755,14 até R\$ 2.133.222,00. (BRASIL, 2004).

A Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (ou Simples Nacional), também utiliza o critério de faturamento diferenciando-se apenas nos valores. As microempresas com receita bruta de até R\$ 360 mil e pequenas empresas com receita bruta anual superior a R\$ 360 mil até 3.6 milhões conforme Lei Complementar nr. 139, de 10 de novembro de 2011. (BRASIL, 2011).

Já o SEBRAE utiliza-se para enquadramento o número de funcionários além de classificar por porte e segmento, sendo microempresas no segmento de indústria e construção com até 19 funcionários e microempresas no segmento de comércio e serviços com até 09 funcionários; como pequenas empresas no segmento de indústria e construção de 20 a 99 funcionários e pequenas empresas no comércio e serviços de 10 a 49 funcionários. (SEBRAE/GO, [2011?]).

Esses critérios são importantes para que esses empreendimentos possam usufruir dos benefícios e incentivos previstos nas legislações de acordo com enquadramento nos limites estabelecidos. (SEBRAE/GO, [2011?]). A Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (ou Simples Nacional) é um exemplo de redução de burocracia, simplificação e redução da carga tributária. (RAMOS, [2007?]).

Esses empreendimentos segundo Oliveira (2006) tem como características serem de propriedade de uma única pessoa ou de um pequeno grupo de pessoas e a administração é feita pelos próprios proprietários de forma independente e, mesmo quando profissionalizada, são os donos os principais tomadores das decisões. O capital é financiado basicamente pelos proprietários e a área de operação desses empreendimentos é limitada á de sua localização ou, quando muito, á da região onde esta situada, haja vista que sua atividade produtiva não ocupa uma posição de destaque ou predominância em relação ao mercado.

De acordo com Camargos et al. (2010), as micro e pequenas empresas atendem a fatia de mercado que as grandes empresas não conseguem atender, praticam atividades terceirizadas e especializadas, e possuem outras características: relativa facilidade de constituição e entrada no mercado; não se exigem grandes volumes de capital inicial; flexibilidade de gestão e produção; baixas exigências legais e comerciais, quando comparadas a uma sociedade anônima, dentre outras.

No Brasil existem 5,1 milhões de empresas. Desse total, 98% são micro e pequenas empresas (MPEs). Os pequenos negócios (formais e informais) respondem por mais de dois terços das ocupações do setor privado.

[...] as atividades típicas de micro e pequenas empresas mantêm cerca de 35 milhões de pessoas ocupadas em todo o país, o equivalente a 59% das pessoas ocupadas no Brasil, incluindo neste cálculo empregados e empresários de micro e pequenas empresas e os “conta própria” (indivíduos que possuem seu próprio negócio, mas não têm empregados). (FERREIRA et al., 2011, p. 867-868).

Esse segmento gera para o país mais emprego e renda; por esses motivos deve-se ter mais atenção com as micros e pequenas empresas, fazendo de tudo para que permaneçam vivas. (FERREIRA et al., 2011).

Apesar de terem algumas vantagens pelo porte, também possuem desvantagens como: montante de recursos inicial insuficiente para investimentos na produção, como máquinas, equipamentos, tecnologia; para compra de material e manutenção dos estoques; gestão amadora, baseada apenas no empirismo e em experiências anteriores, o que compromete o seu crescimento e desenvolvimento; falta de visão de negócios; ausência de

um planejamento estratégico de longo prazo norteador das ações e diretrizes da empresa; elevado custo de capital associado ao risco do negócio, pois o maior risco com que são vistas faz com que as instituições financeiras exijam delas taxas de juros mais elevadas nos empréstimos; e acesso ao crédito, tanto de curto, quanto de longo prazo, dificultado por exigências e condições inibidoras. (CAMARGOS et al., 2010).

O Sebrae-SP ([2011?b]) monitora as taxas de mortalidade e sobrevivência dessas empresas, e conforme suas pesquisas, 27% das empresas no estado de São Paulo fecham em seu primeiro ano de atividade e das que sobrevivem até o quinto ano de atividade verifica-se que 58% foram encerradas. Ao longo de vários anos observou-se redução na taxa de fechamento das empresas. Porém, os resultados das pesquisas indicam que a taxa de mortalidade ainda é relativamente elevada. Essas pesquisas apontam as principais causas que levam ao fechamento das empresas: comportamento empreendedor pouco desenvolvido; falta de planejamento prévio; gestão deficiente do negócio; insuficiência de políticas de apoio; flutuações na conjuntura econômica; problemas pessoais dos proprietários.

Os índices desses fatores e entre outros serão analisados pela sua evolução nos últimos dez anos no estado de São Paulo.

Após levantamento de pesquisas relacionadas às falências das micro e pequenas empresas chegou-se a seguinte questão: Qual a contribuição da contabilidade para a redução destes índices?

O objetivo geral do trabalho é identificar a contribuição da contabilidade para a redução dos índices de mortalidade das micro e pequenas empresas. Para tanto, o objetivo específico é conhecer os fatores que levaram-nas à falência e analisar como os índices de mortalidade destas empresas se comportaram no estado de São Paulo.

O presente trabalho foi elaborado para mostrar aos pequenos e futuros empreendedores que a contabilidade também é fundamental para administrar um pequeno negócio. Com base nas interpretações dos índices de mortalidade e seus fatores, é possível verificar que a gestão pode ser melhorada se a contabilidade for aplicada adequadamente.

Desta forma, com a otimização e maximização dos resultados, a empresa pode obter sucesso no empreendimento.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 FATORES RELEVANTES QUE LEVAM AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS À FALÊNCIA

Com o propósito de auxiliar micro e pequenas empresas de todo o país e fomentar seu desenvolvimento por meio de consultoria, capacitação e treinamento, o SEBRAE realiza periodicamente pesquisas relacionadas sobre esse importante segmento da economia brasileira. Uma dessas pesquisas foi a realizada pelo SEBRAE-SP (2012) intitulada “Doze anos de monitoramento da sobrevivência e mortalidade de empresas”, que teve como objetivo identificar os principais fatores que contribuem para a mortalidade empresarial assim como as principais dificuldades que as empresas enfrentam no primeiro ano de atividade. Dentre os diversos fatores citados, os mais relevantes foram a falta de clientes, falta de capital além de problemas de planejamento e gestão.

O principal fator citado, a falta de clientes, pode ser explicado pelos seguintes motivos: não conseguir clientela devida à concorrência e/ou à falta de experiência; dificuldade para conquistar clientes e formar uma carteira dos mesmos; fazer com que o nome da empresa fosse lembrado na hora da compra do produto; não ter nome reconhecido no mercado, o que torna difícil conquistar os primeiros clientes; e falta de propaganda para aumentar a clientela.

Outro fator elencado entre depoimentos colhidos na pesquisa foi a falta de capital. A falta de recursos era notada quando o negócio exigia um capital maior que o disponível. Não conseguir obter lucro suficiente para poder manter capital de giro satisfatório também pode atrapalhar os negócios. A falta de controle de caixa para pagamentos também foi citada como motivo de insuficiência de capital.

Os problemas de planejamento e gestão são competências que faltam a esses empreendedores. Um empreendedor pode não ter tempo para administrar seu próprio negócio quando possui outra atividade; em outros casos pode ter conhecimento de uma área específica e não entender sobre administração; muitas vezes se misturam as finanças dos sócios e da empresa; e quando não há experiência do empreendedor e não foi estudado nem avaliado adequadamente o mercado.

Outros fatores que influenciam no sucesso da empresa do ponto de vista de empreendedores, conforme a pesquisa do SEBRAE/MG (2004) são: aproveitar as oportunidades de negócios que surgem no mercado; ter boa estratégia de marketing; reinvestir no lucro obtido pela empresa; utilizar recursos próprios para o capital da empresa; buscar acesso a novas tecnologias; ter conhecimento do mercado e ter um bom administrador para gerir os negócios.

Chiavenato (2006, p. 12-13) mostra que é importante saber quais as causas que levam um negócio ao insucesso para assim poder evitá-las e não permitir que ocorram novamente no futuro. O mesmo autor aponta que a mortalidade prematura de empresas novas continua muito elevada e identificamos que isso ocorre devido não a apenas um único e exclusivo fator e sim uma série de fatores, que juntos levam a maioria das empresas a fecharem precocemente suas portas.

Os principais fatores conforme Chiavenato (2006) são: econômicos, inexperiência, vendas insuficientes, despesas excessivas e outras causas. Os fatores econômicos são a incompetência do empreendedor que sem experiência de campo e gerencial não consegue lidar com os problemas dessa natureza que surgem no dia a dia da empresa. Já a inexperiência pode acarretar também em lucros insuficientes, juros elevados, perda de mercado, mercado consumidor restrito e nenhuma viabilidade futura. As vendas insuficientes ocorrem por fraca competitividade, recessão econômica, dificuldades de estoque e localização inadequada. As despesas excessivas decorrem de dívidas e cargas demasiadas e despesas operacionais elevadas. As outras causas são por negligência, capital insuficiente, clientes insatisfeitos, fraudes e ativos insuficientes.

Chiavenato (2006, p. 12-13) cita ainda quais são os perigos mais comuns nos novos negócios:

Não identificar adequadamente o novo negócio; não reconhecer apropriadamente qual será o tipo de cliente a ser atendido; não saber escolher a forma legal de sociedade mais adequada; não planejar suficientemente bem as necessidades financeiras do novo negócio; errar na escolha do local adequado para o novo negócio; não saber administrar o andamento das operações do novo negócio; não ter conhecimento sobre a produção de bens ou serviços com padrão de qualidade e de custo; desconhecer o mercado e, principalmente, a concorrência; ter pouco domínio sobre o mercado fornecedor; não saber vender e promover os produtos/serviços; não saber tratar adequadamente o cliente.

Outro fator está relacionado às políticas públicas que possam viabilizar a consolidação das micro e pequenas empresas conforme Maximiano (2006, p. 6). O autor também destaca a falta de financiamento, juros altos, alta carga tributária e obrigações trabalhistas, o que faz com que desestime a continuidade do empreendimento.

Os principais fatores levantados na pesquisa do SEBRAE/SP ([2011?a]) são basicamente falta de clientes, falta de capital e falta de planejamento, que estão ligados diretamente com os fatores destacados por Chiavenato (2006, p. 12-13) que são, respectivamente com os da pesquisa, vendas insuficientes, econômicos e inexperiência. Já os fatores relacionados às políticas públicas citadas por Maximiano (2006, p. 6), têm relação com a falta de capital.

Oppermann (2009) levantou e adaptou, ao contexto brasileiro, os erros mais comuns cometidos pelos empreendedores, que foi escrito por Luke Johnson e Jay Goltzdez, dois empreendedores americanos. As decisões equivocadas que costumam levar pequenos empreendedores a fechar as portas são as seguintes: 1- com relação à obtenção de crédito com taxas mais atrativas, o empreendedor pode se equivocar sem verificar e analisar o real impacto da dívida para empresa; 2- funcionários mal treinados que não se comprometem com o trabalho e sócios que competem entre si; 3- ter um contador somente para fins burocráticos, sendo que este poderia auxiliar em análises para decisões dos negócios; 4- depender demasiadamente de apenas um cliente; 5- investir em sistema de informação com

desempenho ruim; 6- tentar competir com a concorrência simplesmente baixando os preços; 7- pagar aluguel muito caro sem verificar se a empresa terá condições de arcar com tal custo; 8- o empreendedor pode cometer um erro ao contratar um seguro se não verificar a importância segurada e valor que despenderá para obter o mesmo; 9- mau atendimento e não aceitar várias formas de pagamento; 10- não inovar em novos sistemas e equipamentos.

Carrari (2011), com base em uma pesquisa americana de Mike Michalowicz, também cita outros erros comuns: 1- Não ter paciência para esperar o negócio crescer, o que pode levar tempo para obter retorno; 2- quando o empreendedor não exerce papel de líder; 3- planejar com excesso de otimismo e não conseguir colocar em prática seus planejamentos; 4- não definir uma missão e objetivos para que todos trabalhem em uniformidade; 5- não utilizar bem o marketing como ferramenta para atrair novos clientes; 6- não ter ética, tentar enganar o consumidor ou omitir algum erro.

Com base nos fatores apresentados de estudos e pesquisas brasileiras e americanas (conforme quadro abaixo), é possível verificar que alguns fatores são semelhantes, e que as decisões dos empreendedores são cruciais para o rumo da empresa. Tais fatores são: não elaborar boa estratégia de marketing ou não saber como utilizá-la; não investir em novas tecnologias ou não inovar em máquinas e equipamentos; endividamento desnecessário ou que não foi verificada adequadamente sua capacidade de pagamento; má localização ou locação em ponto com custo alto; mercado consumidor restrito ou dependência demasiada de um cliente; não saber tratar bem o cliente ou prestar mau atendimento, gerando insatisfação por parte do cliente; e desconhecer o mercado e a concorrência, sem saber competir, apenas baixando os preços.

Fatores que ocorrem no Brasil	Fatores que ocorrem nos Estados Unidos
Não ter boa estratégia de marketing	Não utilizar bem o marketing como ferramenta para atrair novos clientes
Não buscar acesso a novas tecnologias	Não inovar em novos sistemas e equipamentos

Despesas excessivas que decorrem de dívidas e cargas demasiadas e despesas operacionais elevadas	Equivocar-se sem verificar e analisar o real impacto da dívida para empresa
Errar na escolha do local adequado para o novo negócio	Pagar aluguel muito caro sem verificar se a empresa terá condições de arcar com tal custo
Mercado consumidor restrito	Depender demasiadamente de apenas um cliente
Não saber tratar adequadamente o cliente	Mau atendimento e não aceitar várias formas de pagamento
Não ter conhecimento do mercado e não ter um bom administrador para gerir os negócios	Competir com a concorrência simplesmente baixando os preços

QUADRO 1 - Semelhança entre os fatores que podem levar à mortalidade das micro e pequenas empresas

Fonte: Dos autores

Nota-se que com relação às políticas públicas, no Brasil há dificuldades de obtenção de crédito para financiamento, pois os juros são altos, a carga tributária e as obrigações trabalhistas são elevadas, inviabilizando a continuação das atividades das micro e pequenas empresas que não conseguem sobreviver no mercado, e estes fatores não foram citados nas pesquisas americanas.

Os índices dos principais fatores serão coletados em pesquisas, analisados e comparados ao longo do tempo para que seja verificada sua evolução, e com base no resultado obtido será possível verificar as explicações desta evolução.

2.2 O PAPEL DA CONTABILIDADE

As micro e pequenas empresas, em sua maioria, possuem a visão de que a contabilidade serve apenas para o atendimento ao fisco pelo preenchimento de guias de recolhimento de tributos e de contribuições acessórias, os quais geram despesas e que não beneficia ou traz vantagens. Do outro lado está o contador que representa a contabilidade, prestando seus serviços para as micro e pequenas empresas, porém, em sua grande parte, não contribui para mudar a imagem burocrática.

O que grande parte dos microempreendedores desconhece, é que há diversos relatórios que a contabilidade pode fornecer e poderia facilitar a compreensão de como está a saúde financeira da empresa, de modo a contribuir resolvendo os principais motivos que levam à falência e, conseqüentemente, podendo diminuir a taxa de mortalidade.

De acordo com Marion (1988), a contabilidade pode ser utilizada como instrumento para coletar todos os dados econômicos, medir monetariamente, registrar e sumarizar estes dados em forma de relatórios ou comunicados, e estes relatórios podem contribuir para tomada de decisões da administração.

As informações contábeis são úteis em todas as áreas de controle gerencial: planejamento, ação, controle e avaliação. (MEIGS; JOHNSON; MEIGS, 1977).

O maior dos objetivos da ciência contábil, de acordo com Vasconcelos e Viana (2002), é levar as informações contábeis necessárias aos usuários para administrar seus empreendimentos.

Lembrando que a informação da contabilidade deve ser útil, oportuna, clara, íntegra, relevante, flexível, completa e preditiva para que cumpra o papel de servir para tomada de decisões da gerência do negócio. (OLIVEIRA; MÜLLER; NAKAMURA, 2000). Por este motivo, serão apresentados quais são os princípios fundamentais de contabilidade e as características das informações detalhadamente.

2.3 PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE CONTABILIDADE

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade – CFC (2010), Resolução 750/93 alterada pela Resolução 1.282/10:

Art. 2º Os Princípios de Contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade, consoante o entendimento predominante nos universos científico e profissional de nosso País. Concernem, pois, à Contabilidade no seu sentido mais amplo de ciência social, cujo objeto é o patrimônio das entidades.

Conforme CFC (2010) na resolução mencionada acima os princípios são:

a) da Entidade: reconhece que não deve ser confundido o patrimônio de uma entidade para com o patrimônio dos seus sócios, pois a entidade possui autonomia patrimonial.

b) da Continuidade: presume que a entidade continuará em atividade no futuro e para isto, a medição dos itens que compõe o patrimônio da entidade e sua apresentação, fazem parte do princípio.

c) da Oportunidade: trata-se da medição e apresentação dos itens patrimoniais para que possa refletir a real situação da entidade, em tempo hábil e com integridade, o que torna a informação confiável.

d) do Registro pelo Valor Original: determina que as partes que compõe o patrimônio devam ser inicialmente registradas pelos valores originais das transações em moeda nacional.

e) da Competência: estabelece que todas as transações devam ser reconhecidas nos respectivos períodos ocorridos, mesmo que não tenha recebido ou pago por estas transações. Presume confrontar receitas e despesas correlatas simultaneamente.

f) da Prudência: pressupõe que em casos de incerteza, haja cautela ao julgar estimativas, de forma que as contas do ativo, passivo, receita e despesa não sejam superestimadas nem subestimadas, o que proporciona maior confiabilidade para informação.

Em suma, a MPE, para seguir os princípios fundamentais de contabilidade, não deve misturar as finanças da empresa com as dos sócios, deve mensurar seus componentes do patrimônio, de forma que retrate a realidade fielmente, sendo registrados pelo valor original, sem subestimar ou superestimar o valor, e reconhecer nos respectivos períodos ocorridos (receitas e despesas), mesmo sem ter recebido ou pago.

Será verificado, ao final do trabalho, se há algum princípio que não é seguido que contribui para os fatores da mortalidade.

2.4 CARACTERÍSTICAS DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC (2011), no Pronunciamento Conceitual Básico - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, as características qualitativas são divididas em fundamentais e de melhoria.

O CPC divulga que as características qualitativas fundamentais são:

a) Relevância: a informação contábil para ser relevante pode influenciar nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários.

b) Materialidade: determina que a informação seja material se a sua omissão ou sua divulgação distorcida puder influenciar decisões que os usuários tomam como base na informação contábil acerca de entidade específica que reporta a informação.

c) Representação fidedigna: especifica que uma informação, para ser útil, não deve representar apenas um fenômeno relevante, mas representar fielmente a realidade.

E também divulga que as características qualitativas de melhoria são:

a) Comparabilidade: a informação reportada pela entidade será mais útil se puder ser comparada com informação similar de outras entidades, e da mesma entidade para outro período ou para outra data.

b) Verificabilidade: pressupõe que diferentes observadores podem chegar a um consenso, mesmo que não cheguem necessariamente a um total acordo sobre a representação fidedigna de um retrato de uma realidade econômica em particular. Uma informação pode ser verificável mesmo que não seja quantificável, e uma faixa com os possíveis montantes com as suas probabilidades respectivas pode ser verificável também. Sendo que a verificação pode ser direta ou indireta.

c) Tempestividade: a informação precisa estar disponível para os tomadores de decisão a tempo de poder influenciá-los em suas decisões.

d) Compreensibilidade: uma informação deve ser apresentada com clareza, concisão, tornando-a compreensível.

Segundo Santos (1998), a escolha da combinação satisfatória das características da informação contábil depende das necessidades dos usuários, e a existência de diferentes usuários pressupõe diferentes preferências.

O sistema de informações contábeis, que são orientadas pelas características contábeis citadas acima, de acordo com Deitos (2003), pode conferir a qualquer empresa, independentemente do porte, maior segurança no processo de tomada de decisões.

A má gestão, que é um dos principais fatores que levam à falência, poderia ser melhorada com a tomada de decisões baseada na informação contábil.

Em suma, muitos dos fatores citados neste referencial teórico estão diretamente relacionados com a forma da gestão das microempresas.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente trabalho teve como base a pesquisa realizada pelo SEBRAE-SP (2012), intitulada “Doze anos de monitoramento da sobrevivência e mortalidade de empresas”. Foram observadas as taxas de mortalidade das empresas no estado de São Paulo para identificar os principais fatores que levam as empresas a falência.

Na pesquisa foi comparada a evolução das taxas dos principais fatores de mortalidade no Estado de São Paulo e também a participação destes fatores na evolução. Com base nos dados obtidos da comparação foi feita uma análise dos resultados encontrados a fim de explicar a variação dos índices.

A abordagem é qualitativa conforme a seguinte citação: “... visando entender a realidade, promove pesquisa que relaciona e confronta informações, fatos, dados e evidências, visando à solução de um problema sobre a realidade social”. (MARTINS; THEÓPHILO, 2007, p. 135). E também quantitativa, pois:

durante o processo de construção de um trabalho científico, o pesquisador, dependendo da natureza das informações, dos dados e evidências levantadas, poderá empreender uma avaliação quantitativa, isto é: organizar, sumarizar, caracterizar e interpretar os dados numéricos coletados. (MARTINS; THEÓPHILO, 2007, p.103).

Este artigo é do tipo descritivo, pois segundo Cervo, Bervian e Silva (2007, p.61), “observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos sem manipulá-los. Procura descobrir com maior precisão possível a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com os outros”, que nesse contexto específico foi o de analisar a evolução dos índices de mortalidade das micro e pequenas empresas.

E o tipo da pesquisa é documental segundo Cervo, Bervian e Silva (2007, p.60), pois “procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em artigos, livros, dissertações e teses”.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base nas pesquisas realizadas pelo SEBRAE-SP, foi feito uma compilação no presente trabalho, do período entre 1998 a 2008 sobre a mortalidade das micro e pequenas empresas no Estado de São Paulo. Essas pesquisas são feitas a cada dois anos com amostras de empresas com até cinco anos de atividade.

O estudo revelou que de 1998 a 2008 houve uma leve queda de 8% na mortalidade das micro e pequenas empresas que tinham até um ano de atividade (Gráfico 1).

Para empresas com até dois anos de atividade referente ao mesmo período, houve queda na mortalidade de 9% (Gráfico 2).

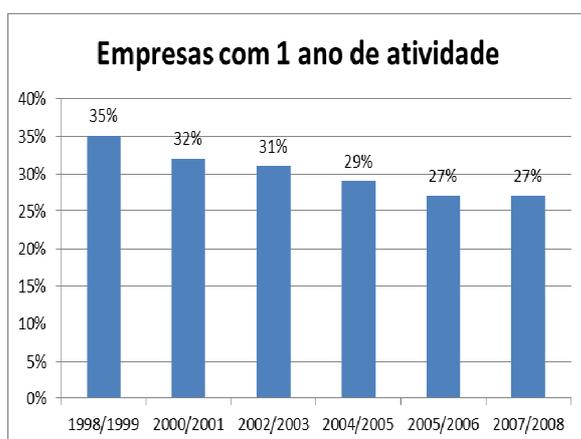


GRÁFICO 1 - Empresas com 1 ano de atividade
Fonte: Dos autores

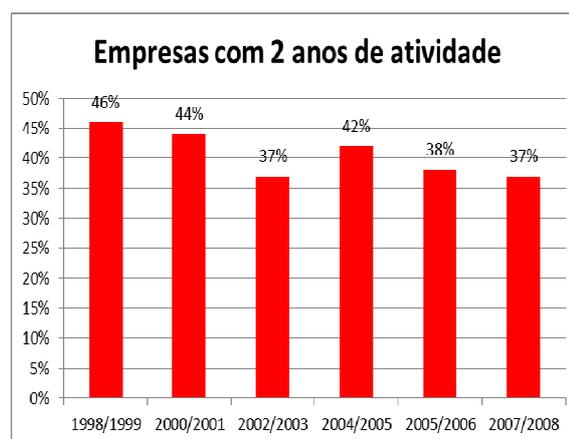


GRÁFICO 2 - Empresas com 2 anos de atividade
Fonte: Dos autores

Para empresas com até três anos de atividade, houve queda na mortalidade de 10% (Gráfico 3).

No período que compreende entre 2000 a 2008, a queda da mortalidade foi de 13% (Gráfico 4). Não há dados do período de 1998/1999 na pesquisa.



GRÁFICO 3 - Empresas com 3 anos de atividade

Fonte: Dos autores

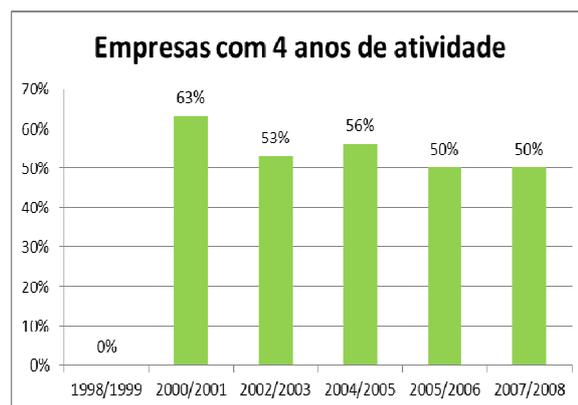


GRÁFICO 4 - Empresas com 4 anos de atividade

Fonte: Dos autores

E empresas com até cinco anos de atividade, entre 2000 a 2008, tiveram queda de 13% na mortalidade (Gráfico 5).

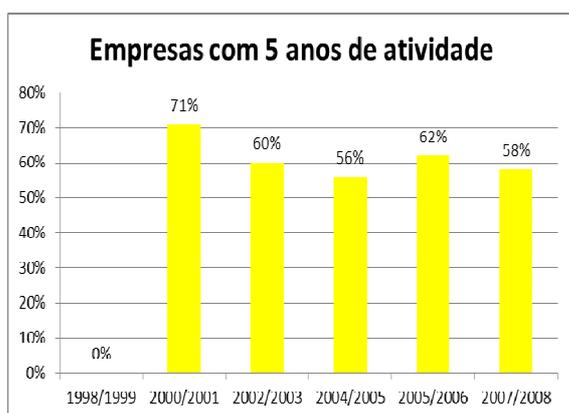


GRÁFICO 5 - Empresas com 5 anos de atividade

Fonte: Dos autores

Ao analisar o quadro abaixo, é possível verificar que houve redução nos índices de mortalidade no período pesquisado de cada ano de atividade, apesar de algumas oscilações em determinados períodos que podem ser explicados por conjunturas econômicas ocorridas.

E ao analisar, verticalmente, é possível verificar que a mortalidade de empresas com mais tempo de mercado é maior. No quadro 2, não houve coleta de dados do período 1998/1999 para empresas com até 4 e 5 anos de atividade.

Taxa de mortalidade das micro e pequenas empresas no Estado de São Paulo						
Anos de pesquisas	1998/1999	2000/2001	2002/2003	2004/2005	2005/2006	2007/2008
Empresas com 1 ano	35%	32%	31%	29%	27%	27%
Anos de pesquisas	1998/1999	2000/2001	2002/2003	2004/2005	2005/2006	2007/2008
Empresas com 2 anos	46%	44%	37%	42%	38%	37%
Anos de pesquisas	1998/1999	2000/2001	2002/2003	2004/2005	2005/2006	2007/2008
Empresas com 3 anos	56%	56%	49%	53%	46%	46%
Anos de pesquisas	1998/1999	2000/2001	2002/2003	2004/2005	2005/2006	2007/2008
Empresas com 4 anos	-	63%	53%	56%	50%	50%
Anos de pesquisas	1998/1999	2000/2001	2002/2003	2004/2005	2005/2006	2007/2008
Empresas com 5 anos	-	71%	60%	56%	62%	58%

QUADRO 2 - Taxa de mortalidade das micro e pequenas empresas no Estado de São Paulo

Fonte: Dos autores.

Outro ponto levantado pela pesquisa são os principais fatores que levaram as micro e pequenas empresas à falência e que influenciam na evolução dos índices. Os gráficos mostrados abaixo indicam a evolução desses fatores de 1998 a 2008.

No fator falta de demanda (Gráfico 6), nota-se que de 1998 a 2003 o índice permanece alto, obtendo um representativo aumento de 5% em 2002 e 2003, porém sofreu uma queda significativa em 2004 e 2005, mantendo-se no mesmo nível ao final de 2008. Apesar de ser um bom sinal, o índice ainda é preocupante.

A falta de crédito e capital de giro (Gráfico 7) oscilou no período, porém a variação de menos 15% entre 1998 a 2008 foi alta, e reflete que o mercado de crédito aumentou sua demanda, ajudando os micro empreendedores na sustentação de suas atividades.

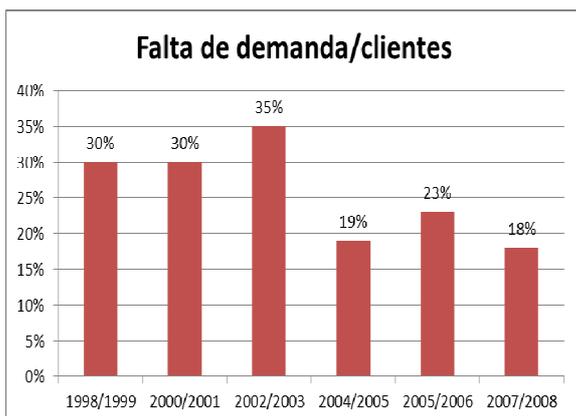


GRÁFICO 6 - Falta de demanda/clientes

Fonte: Dos autores

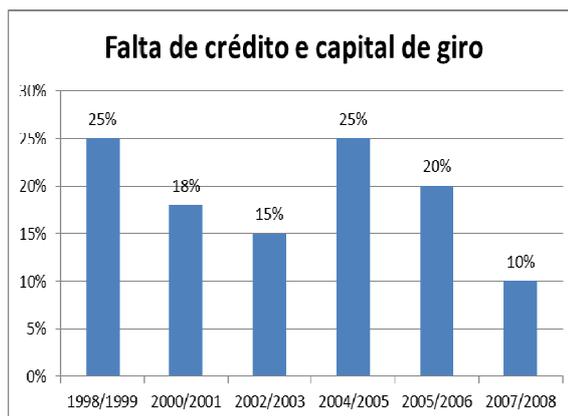


GRÁFICO 7 - Falta de crédito e capital de giro

Fonte: Dos autores

Outro fator relevante está relacionado aos problemas pessoais, que influenciam na gestão do negócio, e um deles é a mistura das finanças da empresa com a dos sócios. Este problema, por exemplo, não segue o Princípio Fundamental de Contabilidade que é o da Entidade, que conforme o CFC pela Resolução 750/93 alterada pela Resolução 1.282/10, o patrimônio da entidade não deve ser confundido com o dos sócios. É possível verificar que houve uma queda de 9% dentro do período (Gráfico 8), demonstrando que, possivelmente, os empreendedores passaram a separar as finanças da empresa com suas finanças pessoais.

Mesmo com o passar do tempo, o problema com sócios não teve nenhuma melhora no índice como pode-se verificar no gráfico 9. Este é um problema mais complexo que envolve a questão do relacionamento pessoal e profissional entre os sócios.

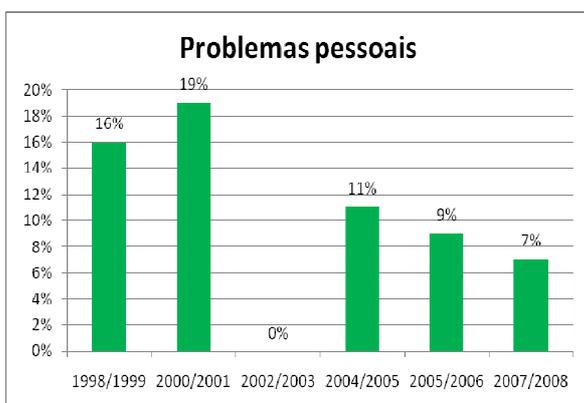


GRÁFICO 8 - Problemas pessoais

Fonte: Dos autores

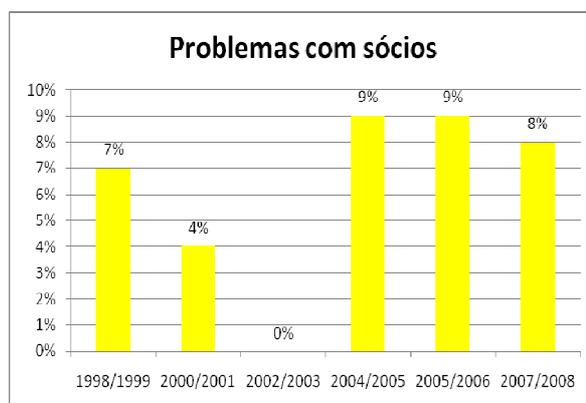


GRÁFICO 9 - Problemas com sócios

Fonte: Dos autores

A concorrência, em comparação com os fatores supracitados, influencia em menor grau por ter índices inferiores, o que demonstra que a empresa precisa estar devidamente capacitada para atender bem a demanda/sua clientela para manter continuidade nos seus negócios, uma vez que a falta de clientes é um dos principais entraves.

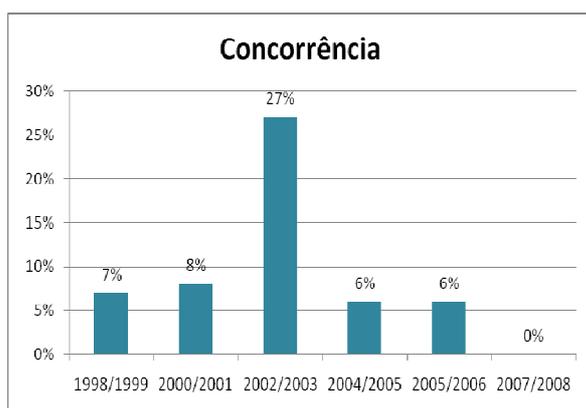


GRÁFICO 10 - Concorrência

Fonte: Dos autores

5 CONCLUSÕES

Conforme pesquisas apresentadas, a mortalidade diminuiu relativamente nos últimos anos, mesmo sendo representativa para empresas com mais tempo de mercado. O fator falta de capital ou de crédito teve grande redução, que é comprovada pelo fato de grande parte das empresas conseguirem manter-se até o quinto ano de atividade, e que evidencia que a má gestão pode ser o principal problema da mortalidade. A má gestão pode influenciar ou ser influenciado pelos demais fatores apresentados, como a falta de demanda/clientes, problemas pessoais, problemas com sócios e concorrência. Porém, o resultado da falência não se limita somente a um fator, normalmente relaciona-se por um conjunto de outros fatores, que podem ser também os que foram citados no referencial teórico deste trabalho. Além disto, deve-se considerar a situação econômica do país com a conjuntura econômica global, e também os setores (serviços, comércio, indústria) que essas micro e pequenas empresas atuam.

Foi possível observar que os fatores que causam a mortalidade das micro e pequenas empresas também podem ser influenciados pela falta de aplicação da contabilidade. Isto decorre do fato de muitos empresários não terem conhecimento contábil e o contador não apresentar e demonstrar ao seu cliente a importância da informação contábil. Portanto, o contador pode oferecer suporte e consultoria, além da prestação de serviços burocráticos, para melhorar a gestão e orientar na tomada de decisões, o que valorizaria mais seu trabalho.

Tendo em vista o papel da contabilidade e o contador como seu intermediador, vale lembrar que no seu processo de formação é importante o preparo específico e direcionado também para este nicho de mercado, que são as MPE, pois o modo que a contabilidade é aplicada difere-se para empresas de maior porte, devendo ser adaptados os relatórios de forma mais simplificada e compreensível.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto-lei n. 5.028**, de 31 de março de 2004. Altera os valores dos limites fixados nos incisos I e II do art. 2º da Lei nº 9.841 de 5 de outubro de 1999, que instituiu o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5028.htm>. Acesso em: 29 abr. 2012.

_____. **Lei Complementar n. 139**, de 10 de novembro de 2011. Altera dispositivos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp139.htm>. Acesso em: 29 abr. 2012.

CAMARGOS, M. A. et. al. Fatores condicionantes de inadimplência em processos de concessão de crédito a Micro e Pequenas Empresas do Estado de Minas Gerais. *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, v. 14, n. 2, p. 333-352, Abr. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-65552010000200009&script=sci_arttext>. Acesso em: 29 abr. 2012.

CARRARI, D. **Saiba quais são os 10 maiores erros dos empreendedores**. 2011. Disponível em: <<http://blogdosempreendedores.com.br/2011/01/18/saiba-quais-sao-os-10-maiores-erros-dos-empresarios>>. Acesso em 18 abr. 2012.

CERVO, A.; BERVIAN, P. ; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHIAVENATO, I. **Empreendedorismo**: dando asas ao espírito empreendedor. São Paulo: Saraiva, 2006.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPC. **Pronunciamento Conceitual Básico**: estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil financeiro. 2011. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC00_R1.pdf>. Acesso em: 30 set. 2012.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. **Resolução CFC n.º 750/93 alterada pela Resolução 1.282/10**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2010/001282>. Acesso em: 18 set. 2012.

DEITOS, M. L. M. S. Conhecer as especificidades das pequenas e médias empresas: uma necessidade que se impõe ao contador. **Revista do CRCPR**, Curitiba, v. 27, n. 136, maio/ago. 2003. Disponível em: <www.crcpr.org.br>. Acesso em: 24 out. 2012.

FERREIRA, C. C. et al. Gestão de capital de giro: contribuição para as micro e pequenas empresas no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3 , p. 863-884, maio/jun. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v45n3/13.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2012.

MARION, J.C. **Contabilidade empresarial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1988.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MAXIMIANO, A. C. A. **Administração para empreendedores**: fundamentos da criação e da gestão de novos negócios. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

MEIGS, W.B.; JOHNSON, C.E.; MEIGS, R.F. **Accounting**: the basis for business decisions. 4th ed. New York: McGraw-Hill Book Company, 1977.

OLIVEIRA, A. G.; MÜLLER, A. N.; NAKAMURA, W. T. A utilização das informações geradas pelo sistema de informação contábil como subsídio aos processos administrativos nas pequenas empresas. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 3, n. 3, p.1-12, set./dez. 2000. Disponível em: <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v3_n3/a_utilizacao_das_informacoes.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2012.

OLIVEIRA, O. **Pequena empresa no Brasil**: um estudo de suas características e perspectivas. São Paulo, v.5, n. 44, p. 5-15, jan./fev./mar. 2006. Disponível em: <ftp://ftp.usjt.br/pub/revint/5_44.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2012.

OPPERMANN, Á. **Os erros que matam as empresas**. Época Negócios, dez. 2009. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,,EMI113210-16366,00-OS+ERROS+QUE+MATAM+EMPRESAS.html>>. Acesso em 18 abr. 2012.

RAMOS, M. C. Supersimples vai muito além da desburocratização da tributação. Sebrae/RO, [2007?]. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/uf/rondonia/produtos/supersimples/supersimples/supersimples/BIA_1342>. Acesso em: 29 abr. 2012.

SANTOS, E. S. Objetividade x relevância: o que o modelo contábil deseja espelhar. **Caderno de Estudos Fipecafi**, São Paulo, Fipecafi, v.10, n.18, p.1-16, maio/ago. 1998.

SEBRAE/GO. **Crítérios e conceitos para classificação de empresas**. [2011?]. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/uf/goias/indicadores-das-mpe/classificacao-empresarial>>. Acesso em 04 abr. 2012.

SEBRAE/MG. **Fatores condicionantes e taxas de mortalidade de empresas no Brasil**. Relatório de Pesquisa, nov. 2004. Disponível em: <http://www.wdigital.com.br/mba/estrategia/relatorio_pesquisa_mortalidade_minas.pdf>. Acesso em 01 maio 2012.

SEBRAE/SP. **12 anos de monitoramento da sobrevivência e mortalidade de empresas**. 2012. Disponível em: <<http://www.sebraesp.com.br/index.php/25-biblioteca/estudos-e-pesquisas/mortalidade-de-empresas/505-12-anos-de-monitoramento-da-sobrevivencia-e-mortalidade-de-empresas-ago-10>>. Acesso em 04 abr. 2012.

_____. **A presença das micro e pequenas empresas na economia brasileira**. [2011?a].

Disponível em:

<<http://www.sebraesp.com.br/TenhoUmaEmpresa/Biblioteca/OutrosConteudos/EstudosEPesquisas/Paginas/EstudosePesquisas.aspx>>. Acesso em: 29 abr. 2012.

_____. **Mais sobre mortalidade das empresas**. [2011?b]. Disponível em:

<<http://www.sebraesp.com.br/TenhoUmaEmpresa/Biblioteca/OutrosConteudos/EstudosEPesquisas/MortalidadeDasEmpresas/Paginas/MortalidadeDasEmpresas.aspx>>. Acesso em: 14 abr. 2012.

VASCONCELOS, Y. L.; VIANA, A. L. Evidenciação: forma e qualidade. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, v. 31, n. 134, p. 21-29, abr. 2002.